

Austral Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria.....	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos Patrimoniais	13
Demonstrações do resultado.....	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia” ou “Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Em 12 de junho de 2019, os investidores da Companhia e da extinta Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis”) firmaram acordo de investimento regulando os termos da incorporação da Terra Brasis pela Companhia, conforme previsto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, operação esta que dependia de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Superintendência de Seguros Privados. Em 29 de novembro de 2019, após obtidas as aprovações regulatórias necessárias, a incorporação foi concluída. Deste modo, o posicionamento competitivo da Companhia foi fortalecido pela complementaridade dos portfólios de negócio e pela ampliação da cobertura geográfica no Brasil e no exterior, contando com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Colômbia, além de autorizações para operar em diversos países latino-americanos.

Com a incorporação, os acionistas da Terra Brasis tornaram-se acionistas da Companhia, sendo certo que, imediatamente após a Incorporação, (a) Terra Brasis Partners Participações Ltda. (“Terra Brasis Partners”) exerceu, de forma irrevogável e irretroatável, o seu direito de retirada da Companhia com relação a todas as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por ela detidas no capital social da Companhia; e (b) Brasil Plural Holding de Seguros e Resseguros Ltda. (“Brasil Plural”) exerceu, de forma irrevogável e irretroatável, o seu direito de retirada da Companhia com relação a única e exclusivamente 5.006.919 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por ela detidas no capital social da Companhia.

Em razão do referido exercício do direito de retirada pela Terra Brasis Partners e Brasil Plural, as ações por elas detidas, conforme acima descrito, foram canceladas e liquidadas pela Companhia, mediante o pagamento à Terra Brasis Partners e à Brasil Plural do valor das referidas ações, com base no Laudo de Avaliação Contábil da Companhia elaborado pela empresa avaliadora.

A Incorporação não ensejou alterações no que tange à estrutura de controle direto e indireto da Companhia, de modo que a Austral Participações II S.A. permanece como sua controladora direta. Da mesma forma, o quadro de controladores finais da Companhia permanece inalterado.

Em 6 de fevereiro de 2020, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros, retirou de observação e afirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” da Austral Re. A perspectiva para ambos os ratings foi elevada de estável para positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva reflete a melhora sobre a força do balanço patrimonial

da Companhia, categorizado pela agência como muito forte. Isso se reflete na capitalização ajustada ao risco da Austral Re. O relatório pontua ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos da Companhia e a sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação de riscos, em especial com a diversificação de negócios e melhor distribuição geográfica após a incorporação da Terra Brasis pela Austral Re.

Para a Austral Re, a avaliação é um atestado de eficiência e solidez financeira que credencia a Companhia a participar dos principais programas nacionais e internacionais de resseguros e dá sustentação à sua estratégia de expansão dentro e fora do Brasil.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 630,9 milhões neste ano, representando um aumento de R\$ 239,0 milhões (61%) em relação ao exercício de 2018. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 563,8 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 182,0 milhões (48%) em relação ao exercício de 2018. Embora o índice de despesas administrativas tenha permanecido em 4,8% em relação aos prêmios ganhos, houve um crescimento das despesas administrativas em números absolutos devido aos custos relacionados ao processo de incorporação da Terra Brasis pela Austral Re.

O índice de sinistralidade geral em 2019 ficou em 105,7% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro), contra 86,9% no ano anterior. Os quatro principais fatores que levaram a este aumento em 2019 foram: a) a carteira de resseguros agrícolas (Rural) observou o maior índice de sinistralidade desde o início da política de subvenção há 15 anos; b) um contrato de Seguro Viagem, já descontinuado pela Companhia; c) eventos catastróficos internacionais (a exposição da Companhia a contratos com cobertura de riscos catastróficos foi drasticamente reduzida em 2020); e d) aumento das reservas de sinistros, não recorrentes, derivados da incorporação da Terra Brasis, cujos efeitos foram incorporados à demonstração de resultado da Companhia apenas em dezembro de 2019.

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 55,1 milhões, ante R\$ 34,2 milhões no exercício anterior.

O prejuízo antes de impostos e participações em 2019 foi de R\$ 40,5 milhões, contra um lucro de R\$ 0,3 milhões no ano anterior, enquanto o prejuízo após impostos do exercício atingiu R\$ 26,0 milhões contra um lucro de R\$ 0,1 milhões ao fim do exercício de 2018.

A Companhia registrou R\$22,5 milhões de impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal gerado no exercício, com base em premissas de geração de lucros tributáveis futuros. Nosso índice combinado atingiu 118% neste exercício, contra 107% ao final do exercício anterior.

O patrimônio líquido da Companhia, que encerrou o exercício de 2019 com R\$ 338,8 milhões, contra R\$ 283,4 milhões em dezembro do ano anterior, aumentará no primeiro trimestre de 2020 com o reinvestimento de parte relevante dos Juros sobre Capital Próprio distribuídos em dezembro de 2019.

Com todos os ajustes realizados na carteira de negócios, a Austral Re espera alcançar bons resultados de subscrição em 2020 e planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica e buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial.

Os Administradores declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário



classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

Administração.

Resumo do relatório do comitê de auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (Austral Re ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras da Austral Re, (ii) a eficácia do sistema de controles internos da Austral Re; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente da Austral Re, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes e dos auditores atuariais independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Re. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Re.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Re e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Re ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

Paulo Pereira Ferreira
Presidente

Leonardo de Assis Portugal
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2019, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

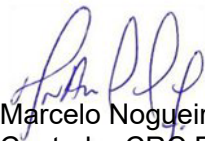
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Reclassificados	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Circulante	1.305.777	1.025.765
Disponível	31.947	23.140
Caixa e bancos	31.947	23.140
Aplicações financeiras (Nota 6)	117.366	311.933
Títulos de renda fixa - privados	6.349	-
Títulos de renda fixa - públicos	29.829	203.634
Títulos de renda variável	1.325	-
Quotas de fundos de investimentos	67.557	59.012
Aplicações no exterior	12.306	49.287
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	618.226	364.034
Operações com seguradoras	494.769	268.023
Operações com resseguradoras	123.457	96.011
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 16)	454.389	298.744
Prêmios de retrocessão diferidos	145.385	81.921
Sinistros com retrocessão	235.726	177.010
Recuperação de sinistros ocorridos e não avisados	71.213	38.125
Provisão de excedente técnico	2.060	1.688
Outras provisões	5	-
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	72.622	22.832
Títulos e Créditos a receber	49.987	4.630
Créditos tributários e previdenciários	22.497	18.145
Outros créditos	138	57
Outros valores e bens	73	13
Despesas antecipadas	464	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	10.690	5.069
Resseguros	10.690	5.069
Não circulante	502.606	161.921
Realizável a longo prazo	501.530	159.866
Aplicações financeiras (Nota 6)	428.685	108.620
Títulos de renda fixa - privados	80.793	-
Títulos de renda fixa - públicos	279.958	89.768
Aplicações no exterior	67.934	18.852
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	28.025	17.704
Operações com seguradoras	11.015	10.078
Operações com resseguradoras	17.010	7.626
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 16)	34.262	33.341
Prêmios de retrocessão diferidos	30.915	13.831
Sinistros com retrocessão	3.347	19.510
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	9.394	-
Créditos tributários e previdenciários	9.394	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	1.164	201
Resseguros	1.164	201
Imobilizado (Nota 12)	587	354
Bens móveis	587	354
Intangível (Nota 13)	489	1.701
Outros intangíveis	489	1.701
Total do ativo	1.808.383	1.187.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo		
Circulante	1.404.743	842.877
Contas a pagar	21.820	2.721
Obrigações a pagar	17.721	1.223
Impostos e encargos sociais a recolher	3.067	306
Encargos trabalhistas	1.032	704
Impostos e contribuições	-	488
Débitos das operações com resseguros	319.464	181.790
Prêmio a restituir	4.790	2.009
Operações com seguradoras	2.016	1.124
Operações com resseguradoras (Nota 14)	295.485	171.526
Corretores de seguros e resseguros	16.464	6.966
Outros débitos operacionais	709	165
Depósito de terceiros (Nota 15)	2.336	1.516
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 16)	1.061.123	656.850
Não circulante	64.853	61.391
Contas a pagar	-	7.800
Tributos diferidos	-	7.800
Débitos das operações com resseguros	8.338	9.521
Operações com resseguradoras (Nota 14)	8.007	9.512
Corretores de seguros e resseguros	331	9
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 16)	56.515	44.070
Patrimônio líquido (Nota 18)	338.787	283.418
Capital social	234.468	234.468
Aumento de capital social (em aprovação)	5.532	-
Reserva de capital	91.677	2.487
Reservas de lucros	120	43.688
Ajuste de avaliação patrimonial	6.990	2.775
Total do passivo e patrimônio líquido	1.808.383	1.187.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios emitidos	630.881	391.840
Variações das provisões técnicas	(67.095)	(10.137)
Prêmios ganhos (Nota 21 e Nota 23)	563.786	381.703
Sinistros ocorridos (Nota 23.b)	(596.122)	(331.633)
Custos de aquisição (Nota 23.c)	(14.805)	(10.951)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.d)	(28.526)	(47.854)
Resultado com retrocessão (Nota 23.e)	17.824	(1.217)
Despesas administrativas (Nota 23.f)	(27.270)	(18.368)
Despesas com tributos (Nota 23.g)	(10.539)	(5.563)
Resultado financeiro (Nota 23.h)	55.137	34.169
Receitas financeiras	147.939	204.082
Despesas financeiras	(92.802)	(169.913)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	(40.515)	286
Imposto de renda (Nota 19)	9.327	27
Contribuição social (Nota 19)	8.105	1.011
Participações sobre o lucro	(2.922)	(1.207)
(=) (Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(26.005)	117
Quantidade de ações	292.666.284	222.441.240
(Prejuízo) / Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	(0,08885)	0,00053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(26.005)	117
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	7.092	3.812
Efeito do imposto de renda e contribuição social	<u>(2.877)</u>	<u>(1.484)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício	4.215	2.328
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	(21.790)	2.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	220.179	14.289	2.431	6.779	38.169	447	-	282.294
Aumento de capital social (em aprovação)	14.289	(14.289)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	117	117
Incentivo baseado em ações	-	-	56	-	-	-	-	56
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	2.328	-	2.328
Proposta para distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	5	-	-	(5)	-
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	85	-	(85)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.350)	-	(27)	(1.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	234.468	-	2.487	6.784	36.904	2.775	-	283.418
Aumento de capital social (em aprovação)	-	5.532	-	-	-	-	-	5.532
Reservas de capital – Incorporação	-	-	89.190	-	-	-	-	89.190
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(26.005)	(26.005)
Outras reservas de lucros	-	-	-	-	(174)	-	-	(174)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	4.215	-	4.215
Juros sobre capital próprio a distribuir	-	-	-	-	(17.389)	-	-	(17.389)
Diminuição de reservas de lucros	-	-	-	(6.664)	(19.341)	-	26.005	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	234.468	5.532	91.677	120	-	6.990	-	338.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	Reclassificados 31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(26.005)	117
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.711	1.593
Incentivo baseado em ações	-	56
Perda de valor recuperável	206	453
Outros ajustes	(174)	(27)
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(121.283)	(75.757)
Créditos das operações com resseguros	(261.209)	(55.779)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(156.566)	(83.961)
Títulos e créditos a receber	(63.183)	(516)
Despesas antecipadas	(464)	-
Custos de aquisição diferidos	(6.584)	557
Outros ativos	(73)	(13)
Passivo fiscal diferido	(7.800)	(2.030)
Impostos e contribuições	8.325	4.319
Débitos de operações com resseguros	136.995	24.795
Obrigações a pagar	1.980	(2.305)
Provisões técnicas com resseguradoras	416.718	172.538
Depósitos de terceiros	820	647
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.569)	(4.878)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais	(85.155)	(20.191)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(358)	(5)
Aquisição de intangível	(374)	(105)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(732)	(110)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social - Incorporação (em aprovação)	5.532	-
Integralização de capital - Incorporação	96.407	-
Pagamento por saída de sócio - Incorporação	(7.217)	-
Pagamento de dividendos	(28)	(1.350)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(1.952)
Caixa líquido gerado / consumido pelas atividades de financiamento	94.694	(3.302)
Aumento / redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	8.807	(23.603)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.140	46.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.947	23.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

1.1 Considerações gerais

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro RJ é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para a Companhia operar com resseguros e retrocessão.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora direta e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018 e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

1.2 Evento societário: Incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis” ou “Incorporada”) pela Companhia, com a conseqüente extinção da Incorporada, passando a Companhia a sucedê-la em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, deveres, obrigações, sujeições, ônus, responsabilidades e exceções de titularidade da Incorporada. Em decorrência da Incorporação e conseqüente versão da totalidade do acervo líquido da Terra Brasis Resseguros S.A. para a Companhia, R\$ 5.532 foram alocados ao capital social da Companhia (em aprovação) e R\$ 96.407 foram alocados à reserva de capital da Companhia.

Com a Incorporação, os acionistas da Terra Brasis tornaram-se acionistas da Companhia, sendo certo que, imediatamente após a Incorporação, (a) Terra Brasis Partners Participações Ltda. (“Terra Brasis Partners”) exerceu, de forma irrevogável e irretroatável, o seu direito de retirada da Companhia com relação a todas as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por ela detidas no capital social da Companhia; e (b) Brasil Plural Holding de Seguros e Resseguros Ltda. (“Brasil Plural”) exerceu, de forma irrevogável e irretroatável, o seu direito de retirada da Companhia com relação a única e exclusivamente 5.006.919 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por ela detidas no capital social da Companhia.

Em razão do referido exercício do direito de retirada pela Terra Brasis Partners e Brasil Plural, as ações por elas detidas, conforme acima descrito, foram canceladas e liquidadas pela Companhia, mediante o pagamento à Terra Brasis Partners e à Brasil Plural do valor das referidas ações, com base no Laudo de Avaliação Contábil da Companhia elaborado pela empresa avaliadora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Incorporação não ensejou alterações no que tange à estrutura de controle direto e indireto da Companhia, de modo que a Austral Participações II S.A. permanece como sua controladora direta. Da mesma forma, o quadro de controladores finais da Companhia permanece inalterado.

Em razão do aumento de capital social mencionado acima e do cancelamento das ações detidas pela Terra Brasis e pela Brasil Plural, o capital social da Companhia passou de R\$ 234.468 para R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (222.441.240 em 2018).

O acervo líquido incorporado pela Companhia, na data-base de 29 de novembro de 2019, suportado por laudo de avaliação emitido por perito independente e incorporado ao patrimônio da Companhia, era composto pelos seguintes elementos patrimoniais:

Ativo	11/2019	Passivo	11/2019
Circulante	444.596	Circulante	348.025
Caixa e bancos	15.028	Contas a pagar	504
Aplicações	126.486	Débitos de operações com seguros e resseguros	63.959
Créditos das operações com seguros e resseguros	162.309	Depósitos de terceiro	3.353
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	135.272	Provisões técnicas - resseguradoras	280.209
Títulos e créditos a receber	1.214	Não circulante	885
Despesas antecipadas	207	Contas a pagar	885
Custos de aquisição diferidos	4.080	Patrimônio líquido	101.618
Não circulante	5.932	Capital social	100.880
Realizável a longo prazo	5.734	Reservas de capital	530
Títulos e créditos a receber	5.734	Reservas de lucros	344
Imobilizado	82	Ajuste de avaliação patrimonial	(136)
Intangível	116	Total do passivo e patrimônio líquido	450.528
Total do ativo	450.528		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, como “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2020.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

d) Reapresentação dos valores correspondentes de 2018 para fins de comparabilidade - Informações para efeito de comparabilidade

Em razão da Circular Susep nº 575/2018, com entrada em vigor em 17 de janeiro de 2019, a Companhia com a finalidade de manter a comparabilidade das demonstrações financeiras está reapresentando os saldos correspondentes de 2018 do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa decorrentes dos créditos relacionados a Ressarcimentos a receber que foram reclassificados da conta “Créditos das operações com seguros e resseguros” para a conta “Títulos e créditos a receber” e os valores reclassificados em 2018, foram do montante de R\$ 3.997.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

e) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e
- Recebíveis.

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Inclui o caixa e os saldos positivos em contas correntes, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) Títulos disponíveis para venda

A Companhia classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado, sendo classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo e caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento ressegurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de *expertise*, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados para a Companhia. Dessa forma, a parcela de prêmio ganho é reconhecida no resultado ao longo dos prazos a decorrer dos contratos.

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato.

Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de retrocessão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de resseguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos. Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguro, e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As metodologias utilizadas para cálculo de cada provisão técnica estão descritas em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico e em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, e a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores. As metodologias utilizadas serão especificadas a seguir:

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e com a exposição ao risco de cada contrato.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos é obtida a partir da utilização de metodologia baseada nas taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira por grupo. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão. Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento das parcelas deste prêmio proporcional é obtido a partir das características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos. Este cálculo garante que as provisões técnicas estejam consistentes com a melhor estimativa de exposição de risco nas datas de cálculo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos pela Companhia, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros já ocorridos mas ainda não reportados à Resseguradora até a data base de cálculo. Para a apuração desta parcela, consideram-se metodologias específicas aplicadas a partir das características dos grupamentos de risco operados pela Companhia e devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial.

Provisão de excedente técnico - PET

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio (PPNG).

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares e contratos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, riscos de inadimplência entre outros fatores, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base no resultado do período, pela alíquota de 25% e 15%, respectivamente, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. Em 2018 a alíquota de contribuição social aplicada foi de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

n) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de retrocessão. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Para a composição do teste de adequação de passivo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia dispõe de fluxos de direitos e obrigações em diversas moedas, uma vez que assume contratos com vários países do mundo.

Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em real, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ANBIMA. Para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, a Companhia utilizou a curva cupom dólar, também disponibilizadas no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

No entanto, uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

Os testes de adequação de passivos realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 indicaram que as provisões constituídas nas referidas data bases, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro, não sendo necessário nenhuma provisão adicional.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

As provisões técnicas na data base (2) apresentadas acima representam as reservas de PPNG e PPNG-RVNE deduzidas das respectivas parcelas de comissão diferidas, enquanto a estimativa corrente do fluxo de caixa (1) representa o valor presente dos sinistros e despesas correspondentes de parcelas cujo evento gerador ainda não ocorreu.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados para a Companhia.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

q) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro / prejuízo líquido por lote de mil ações está apresentado nas demonstrações de resultado dos exercícios.

r) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O IFRS nº 9 - CPC 48 - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) - "*Leasing*" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2022 (inicialmente 01 de janeiro de 2021), sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos, provisão de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão de despesas relacionadas e provisão de excedente técnico.

As provisões técnicas da Companhia são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio da Companhia, conforme instruções determinadas na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com resseguros e retrocessão.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações cíveis, tributárias e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

Ano	Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
31 de dezembro de 2019	Remota	5	256	31
31 de dezembro de 2018	Remota	5	256	78

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota a definição da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a qual diz que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no COSO – ERM, cujas etapas de avaliação da governança e cultura de risco, avaliação de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento contínuo são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, da IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e a governança de todo o processo de gestão de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

a) Risco de resseguro

O principal risco para a Companhia nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses sinistros.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros, através de uma seleção criteriosa, e com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentiais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Companhia.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira.

Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

A Companhia subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Companhia em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados.

A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas principalmente em *ratings* determinados por agências classificadoras de riscos.

O gerenciamento do risco de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos da Companhia é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos.

De maneira a mitigar os riscos de inadimplência referentes aos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionários é composto por companhias com *rating* corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta o total de Sinistros a Recuperar distribuído por *rating* de crédito e tipo de resseguradora (Local, Admitida e Eventual).

31/12/2019								
Rating	Local		Admitida		Eventual		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A	648	0,2%	192.612	47,2%	49.683	12,2%	242.943	59,6%
A-	-	0,0%	7	0,0%	94.442	23,2%	94.449	23,2%
A+	92	0,0%	46.866	11,5%	5.831	1,4%	52.789	12,9%
A++	-	0,0%	763	0,2%	5.436	1,3 %	6.199	1,5%
AA-	4.610	1,2%	963	0,2%	1.477	0,4%	7.050	1,7%
AA+	-	0,0%	259	0,1%	1.997	0,5%	2.256	0,6%
B++	1.418	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	1.418	0,3%
BAA1	129	0,0%	-	0,0%	605	0,1%	734	0,2%
	6.897	1,7%	241.470	59,2%	159.471	39,1%	407.838	100,0%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Rating	31/12/2018							
	Local		Admitida		Eventual		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A	1.872	0,7%	126.304	44,6%	70.696	25,0%	198.872	70,3%
A-	-	0,0%	3	0,0%	39.247	13,9%	39.250	13,9%
A+	91	0,0%	20.382	7,2%	11.890	4,2%	32.363	11,4%
A++	-	0,0%	3.043	1,1%	-	0,0%	3.043	1,1%
AA-	3.615	1,3%	175	0,1%	1.746	0,6%	5.536	2,0%
AA+	-	0,0%	-	0,0%	3.119	1,1%	3.119	1,1%
B++	325	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	325	0,1%
BAA1	127	0,0%	-	0,0%	367	0,1%	494	0,2%
	6.030	2,1%	149.907	53,0%	127.065	44,9%	283.002	100,0%

Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas em função de flutuações desfavoráveis do valor dos investimentos da Companhia. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VAR* que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em paralelo a esse controle, a Companhia calcula o capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 88,08% (86,7% em 31 de dezembro de 2018) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 9,25% (11,9% em 31 de dezembro de 2018) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 2,44% (1,4% em 31 de dezembro 2018) é composto por outros fundos de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Vale ressaltar que a Companhia faz bloqueios em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

	31 de dezembro de 2019		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos e passivos			
Caixa e bancos	31.947	-	31.947
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	269.625	14.105	283.730
Ativos financeiros disponíveis para venda	262.321	-	262.321
Crédito das operações de resseguros	618.226	28.025	646.251
Títulos e créditos a receber	72.622	22.471	95.093
Total de ativos	1.254.741	64.601	1.319.342
Contas a pagar	21.820	13.077	34.897
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	606.734	22.253	628.987
Depósito de terceiros	2.336	-	2.336
Débitos das operações de resseguros	319.464	8.338	327.802
Total de passivos	950.354	43.668	994.022

	31 de dezembro de 2018		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos e passivos			
Caixa e bancos	23.140	-	23.140
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	266.793	6.358	273.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	147.402	-	147.402
Crédito das operações de resseguros	368.046	17.704	385.750
Títulos e créditos a receber	18.833	-	18.833
Total de ativos	824.214	24.062	848.276
Contas a pagar	2.721	7.800	10.521
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	358.106	10.729	368.835
Depósito de terceiros	1.516	-	1.516
Débitos das operações de resseguros	181.790	9.521	191.311
Total de passivos	544.133	28.050	572.183

f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk - VAR* paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,20% do patrimônio da carteira ou 0,28% com nível de confiança de 99%.

A Companhia também considera, em sua análise, o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de *stress* dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, conforme descrito abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação – IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+100 bps ^(*)	(10.390)	Inflação	-100 bps ^(*)	10.390
Câmbio	+5%	5.480	Câmbio	-5%	(5.480)
Total		(4.910)	Total		4.910

(*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Para a realização do teste de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo. Para fins de teste de sensibilidade, todas as sinistralidades agravadas por grupo de ramo utilizadas foram limitadas inferiormente a 10%.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada grupo de ramo de atuação da Companhia:

Grupo	31 de dezembro de 2019		
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro de resseguro	Varição de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	79,74%	6.664	2.274
Riscos especiais	10,00%	5.685	24.597
Responsabilidades	1,35%	15	5
Automóvel	91,23%	12.463	12.462
Transportes	64,30%	2.826	489
Riscos financeiros	266,18%	8.899	2.174
Pessoas coletivo	134,38%	7.935	4.344
Habitacional	45,33%	37	48
Rural	188,70%	6.607	5.103
Outros	10,00%	4.916	2.649
Pessoas individual	10,00%	44	23
Marítimos	104,43%	441	180
Aeronáuticos	116,67%	2.321	839
Petróleo	59,16%	555	166
Saúde	10,00%	229	226
Aceitações do exterior	170,25%	11.881	10.599
Total		71.518	66.178

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Grupo	31 de dezembro de 2018		
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro de resseguro	Varição de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	97,18%	7.133	2.638
Riscos especiais	64,50%	184	61
Responsabilidades	132,42%	1.011	446
Automóvel	49,47%	3.723	3.721
Transportes	142,61%	3.225	485
Riscos financeiros	141,99%	4.591	1.092
Pessoas coletivo	67,96%	2.876	1.282
Habitacional	12,72%	1	1
Rural	102,70%	2.255	2.047
Outros	195,22%	2.635	1.958
Pessoas Individual	10,00%	376	247
Marítimos	92,56%	339	81
Aeronáuticos	10,00%	1.291	445
Petróleo	47,16%	166	59
Saúde	84,53%	30	25
Aceitações do exterior	133,60%	5.056	4.592
Total		34.892	19.180

O impacto sobre o patrimônio líquido da Companhia após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2019 seria uma redução no montante de R\$36.744 (R\$9.144 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2019									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	29.829	81.976	90.737	202.542	202.542	38%	-
Ações	[B3]	1.325	-	-	-	1.325	1.325	-	2%
Certificado de depósito no exterior	1,37%	-	12.306	-	-	12.306	12.306	2%	-
Quotas de fundos de investimentos	-	67.557	-	-	-	67.557	67.557	13%	-
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	15.326	91.919	107.245	97.205	18%	84%
Debêntures	CDI+	-	78	26.997	21.030	48.105	48.325	9%	(2%)
Letra financeira - LF	CDI%	-	6.271	26.747	-	33.018	33.012	6%	-
Nota comercial - NC	CDI+	-	-	6.019	-	6.019	6.013	2%	-
Títulos públicos no exterior	4,63%	-	-	33.743	17.482	51.225	49.543	9%	14%
Títulos privados no exterior	5,89%	-	-	16.709	-	16.709	16.506	3%	2%
Total		68.882	48.484	207.517	221.168	546.051	534.334	100%	100%

31 de dezembro de 2018									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	41.636	161.544	454	203.634	203.634	48%	49%
Certificado de depósito no exterior	2,62	-	10.505	-	-	10.505	10.505	3%	3%
Quotas de fundos de investimentos	-	59.012	-	-	-	59.012	59.012	14%	14%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	14.018	75.750	89.768	85.244	21%	20%
Certificado de depósito no exterior	2,40	-	38.782	-	-	38.782	38.786	9%	9%
Títulos públicos no exterior	4,88	-	-	18.852	-	18.852	18.750	5%	5%
Total		59.012	90.923	194.414	76.204	420.553	415.931	100%	100%

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	67.557	-	67.557	-	59.012	59.012
Títulos de renda fixa – privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	12.306	12.306	-	10.505	10.505
Títulos de renda fixa – públicos:						
Letras financeiras do tesouro – LFT	202.542	-	202.542	203.634	-	203.634
Títulos de renda variável:						
Ações	1.325	-	1.325	-	-	-
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	48.105	-	48.105	-	-	-
Letras financeiras	33.018	-	33.018	-	-	-
Nota comercial	6.019	-	6.019	-	-	-
Certificado de depósito no exterior	-	-	-	-	38.782	38.782
Corporate bonds	16.709	-	16.709	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	107.245	-	107.245	89.768	-	89.768
Global bonds	51.225	-	51.225	-	18.852	18.852
Total	533.745	12.306	546.051	293.402	127.151	420.553

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2017	259.455	83.013	342.468
(+) Aplicações	167.976	72.510	240.486
(-) Resgates	(169.911)	(20.749)	(190.660)
(+) Rendimentos	15.631	8.816	24.453
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.812	3.806
Saldo final em 31 de dezembro 2018	273.151	147.402	420.553
(+) Aplicações	358.639	94.477	453.116
(-) Resgates	(374.464)	(8.840)	(383.304)
(+) Rendimentos	26.404	22.189	48.393
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	7.093	7.293
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	283.730	262.321	546.051

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de prêmios não ganhos	388.496	199.916
Provisão de sinistros a liquidar	505.125	346.520
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	215.062	149.150
Provisão de excedentes técnicos	8.955	5.274
Provisão de despesas relacionadas	-	60
Total das provisões técnicas	1.117.638	700.920
Direitos creditórios	(277.274)	(132.293)
Custos de aquisição diferidos redutores	(2.940)	(1.213)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(71.213)	(38.125)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(239.073)	(196.520)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(50.958)	(23.411)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(2.060)	(1.688)
Total das exclusões	(643.518)	(393.250)
Total das provisões técnicas para cobertura	474.120	307.670
Ativos de liquidez (20% do capital de risco)	22.066	11.616
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	199.389	189.821
Notas do tesouro nacional - NTN-B	107.244	89.768
Título privados	87.142	
Quotas de fundos de investimento	39.777	48.348
Título público no exterior	51.225	18.851
Título privado no exterior	16.709	-
Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	501.486	346.788
Suficiência das provisões técnicas	27.366	39.118
Suficiência das provisões técnicas + ativos de liquidez	5.300	27.502

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com resseguros

a) Aging prêmios a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Aging de prêmios a receber		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	60.644	43.797
De 31 a 60 dias	16.015	25.038
De 61 a 120 dias	14.357	9.263
De 121 a 180 dias	306.088	44.537
De 181 a 360 dias	118.335	191.488
Superior a 360 dias	28.025	17.704
Total de prêmios a vencer	543.464	331.827
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	10.509	6.276
De 31 a 60 dias	10.799	1.882
De 61 a 120 dias	10.038	1.860
De 121 a 180 dias	5.698	934
De 181 a 360 dias	6.205	912
Superior a 360 dias	10.088	6.745
Total de prêmios vencidos	53.337	18.609
Provisão para perda de valor recuperável	(2.821)	(705)
Total de prêmios a receber	593.980	349.731
Recuperação de corretagem	701	18
Recuperação de sinistro efetivamente pago	42.074	24.696
Participações nos lucros a receber	1.870	5.235
Outros créditos a receber	7.626	2.058
Outros créditos das operações	52.271	32.007
Total circulante	618.226	364.034
Total não circulante	28.025	17.704
Total de crédito das operações	646.251	381.738
Movimentação dos prêmios a receber:		
Saldo inicial	349.731	286.024
(+) Prêmios emitidos (*)	791.624	400.579
(-) Recebimentos	(545.259)	(336.167)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(2.116)	(705)
Saldo final	593.980	349.731

(*) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Prazo médio de diferimento

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos vigentes de resseguro proporcionais e não proporcionais, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.
- Prazo médio total de diferimento de todos os contratos vigentes de resseguro, proporcionais, não proporcionais e facultativos. Ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

Grupos	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	13	26	14	25
Riscos especiais	12	20	12	13
Responsabilidades	15	27	14	28
Automóvel	12	5	12	36
Transportes	12	21	12	21
Riscos financeiros	35	47	36	47
Pessoas coletivo	8	38	12	28
Rural	7	19	6	17
Outros	36	48	16	27
Pessoas Individual	-	5	-	-
Marítimos	12	16	12	22
Aeronáuticos	12	20	12	21
Petróleo	12	14	12	15
Saúde	-	12	-	12
Aceitações do exterior	12	23	12	22

9. Ativos de retrocessão – provisões técnicas

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos de retrocessão cedida de IBNR	71.213	38.125
Ativos de retrocessão cedida de PSL	239.073	196.520
Ativos de retrocessão cedida de PPNG	176.300	95.752
Ativos de retrocessão cedida de PET	2.060	1.688
Outros ativos de retrocessão	5	-
Total geral	488.651	332.085
Total circulante	454.389	298.744
Total não circulante	34.262	33.341

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

10. Títulos e créditos a receber

a) Créditos Tributários

Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

	31/12/2018	Constituições	Reversões / Compensações	Atualizações	31/12/2019
Ativo Circulante					
Antecipação de IRPJ	2.572	6.761	(2.697)	125	6.761
Antecipação de CSLL	4.674	1.850	(4.350)	187	2.361
Crédito de IRRF exterior à recuperar	-	802	-	-	802
Crédito de IRRF pago a maior	3	120	(67)	12	68
Crédito de PIS e COFINS	305	125	(16)	17	431
PIS e COFINS sobre PSL/IBNR	10.591	5.500	(4.017)	-	12.074
Total	18.145	15.158	(11.147)	341	22.497

Findado o ano de 2019, constitui-se no ativo não circulante o valor de R\$22.471 correspondente ao prejuízo fiscal de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, nos montantes de R\$12.468 e R\$10.003, respectivamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2018	Constituições	Reversões / Compensações	31/12/2019
Ativo				
Não Circulante	-	27.708	(5.237)	22.471
Crédito de prejuízo fiscal - IRPJ	-	14.944	(2.476)	12.468
Crédito de base negativa - CSLL	-	12.764	(2.761)	10.003
Passivo				
Não Circulante	7.800	13.077	(7.800)	13.077
Ajustes temporais IRPJ	4.875	8.173	(4.875)	8.173
Ajustes temporais CSLL	2.925	4.904	(2.925)	4.904
Total créditos (-) débitos tributários	7.800			9.394

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2019, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>IR</u>	<u>%</u>	<u>CSLL</u>	<u>%</u>
2020	4.194	34%	2.738	27%
2021	4.636	37%	3.022	30%
2022	3.638	29%	3.210	32%
2023	-		1.033	11%
Totais	12.468		10.003	

c) Créditos a receber

Os saldos de Créditos a receber em 31 de dezembro de 2019 está composto por (i) R\$45.411 ressarcimentos a receber (R\$ 3.997 em 31 de dezembro de 2018), (ii) R\$4.559 participação nos lucros a receber (R\$633 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) R\$17 outras contas a receber.

Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo

<u>Aging de permanência</u>	<u>Saldos reclassificados</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimonial		
De 1 a 30 dias	3.798	217
De 31 a 60 dias	-	5
De 61 a 120 dias	8.043	-
De 181 a 365 dias	5	1.500
Superior a 365 dias	-	2.276
Riscos financeiros		
De 121 a 180 dias	28.125	-
De 181 a 365 dias	472	-
Superior a 365 dias	3.520	-
Transportes		
De 1 a 30 dias	1.448	-
Total circulante e não circulante	45.411	3.997
<u>Expectativa de realização</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimonial		
De 331 a 360 dias	11.846	-
Riscos financeiros		
De 331 a 360 dias	32.117	3.997
Transportes		
De 331 a 360 dias	1.448	-
Total circulante e não circulante	45.411	3.997

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos

Grupo	31/12/2018	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2019
Patrimonial	2.285	1.786	(1.290)	2.781
Riscos Especiais	53	76	(92)	37
Responsabilidades	114	430	(133)	411
Automóvel	17	93	(40)	70
Transportes	577	982	(529)	1.030
Riscos Financeiros	219	844	(241)	822
Pessoas Coletivo	168	370	(81)	457
Rural	181	598	(387)	392
Outros	50	7	(48)	9
Pessoas Individual	4	23	(7)	20
Marítimos	261	410	(225)	446
Aeronauticos	759	1.193	(972)	980
Petróleo	247	505	(245)	507
Saúde	31	14	(34)	11
Aceitações do exterior	304	3.935	(438)	3.801
Total circulante e não circulante	5.270	11.360	(4.776)	11.854

Grupo	31/12/2017	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2018
Patrimonial	3.014	426	(1.155)	2.285
Riscos especiais	353	-	(300)	53
Responsabilidades	107	98	(91)	114
Automóvel	74	2	(59)	17
Transportes	148	619	(190)	577
Riscos financeiros	110	339	(230)	219
Pessoas coletivo	169	82	(83)	168
Rural	202	309	(330)	181
Outros	278	5	(233)	50
Marítimos	199	245	(183)	261
Aeronáuticos	1.173	465	(879)	759
Petróleo	-	481	(234)	247
Saúde	-	54	(23)	31
Aceitações do exterior	-	526	(222)	304
Total circulante e não circulante	5.827	3.655	(4.212)	5.270

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e são apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2018	Aquisições	Depreciação	31/12/2019
Equipamentos de informática	20%	94	290	(60)	324
Sistemas de telecomunicações	10%	25	46	(14)	57
Móveis, máquinas e utensílios	10%	47	14	(22)	39
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	9	-	(4)	5
Instalações	10%	179	8	(25)	162
Total		354	358	(125)	587

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2017	Aquisições	Depreciação	31/12/2018
Equipamentos de informática	20%	124	5	(35)	94
Sistemas de telecomunicações	10%	37	-	(12)	25
Móveis, máquinas e utensílios	10%	66	-	(19)	47
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	12	-	(3)	9
Instalações	10%	204	-	(25)	179
Total		443	5	(94)	354

13. Intangível

	Taxa Anual de amortização	31/12/2018	Aquisições	Amortização	31/12/2019
Direito de uso software terceiros	20%	252	374	(137)	489
Outros intangíveis	20%	1.449	-	(1.449)	-
Total		1.701	374	(1.586)	489

	Taxa Anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Amortização	31/12/2018
Direito de uso software terceiros	20%	295	105	(148)	252
Outros intangíveis	20%	2.800	-	(1.351)	1.449
Total		3.095	105	(1.499)	1.701

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Débitos das operações com resseguradoras

a) Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prêmios de retrocessão cedida	343.899	214.179
Comissão	(93.245)	(47.007)
Sinistros	40.068	4.338
Outros	4.763	16
Total circulante	295.485	171.526
Prêmios de retrocessão cedida	14.068	16.167
Comissão	(6.061)	(6.655)
Total não circulante	8.007	9.512
Total circulante e não circulante	303.492	181.038

15. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<i>Aging</i> de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	470	778
De 31 a 60 dias	204	296
De 61 a 120 dias	454	82
De 121 a 180 dias	336	7
De 181 a 360 dias	480	282
Superior a 360 dias	392	71
Total	2.336	1.516

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

16. Provisões técnicas com resseguradoras

	Provisão de resseguros (Passivo)		Parcela de retrocessão (Ativo)		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Patrimonial	63.297	44.391	(30.486)	(25.660)	32.811	18.731
Riscos especiais	296	413	(78)	(270)	218	143
Responsabilidades	15.960	5.965	(9.674)	(3.696)	6.286	2.269
Automóvel	37.461	24.909	(769)	(4)	36.692	24.905
Transportes	31.186	18.625	(20.441)	(14.644)	10.745	3.981
Riscos financeiros	91.125	34.262	(66.945)	(28.027)	24.180	6.235
Pessoas coletivo	13.602	10.834	(6.483)	(5.644)	7.119	5.190
Habitacional	1.468	-	(657)	-	811	-
Rural	26.552	7.866	(11.733)	(1.555)	14.819	6.311
Outros	1.054	5.792	(68)	(1.281)	986	4.511
Pessoas individual	1.747	174	(575)	(83)	1.172	91
Marítimos	4.091	2.789	(1.713)	(1.383)	2.378	1.406
Aeronáuticos	15.433	8.071	(10.181)	(5.893)	5.252	2.178
Petróleo	9.561	4.320	(6.969)	(2.777)	2.592	1.543
Saúde	160	583	-	-	160	583
Aceitações do exterior	75.503	30.922	(9.528)	(4.835)	65.975	26.087
Provisão de prêmios não ganhos	388.496	199.916	(176.300)	(95.752)	212.196	104.164
Patrimonial	134.471	101.076	(84.605)	(75.754)	49.866	25.322
Riscos especiais	2.965	8.644	(1.063)	(3.810)	1.902	4.834
Responsabilidades	21.497	7.985	(5.989)	(2.542)	15.508	5.443
Automóvel	8.088	7.081	(93)	(93)	7.995	6.988
Transportes	57.277	47.270	(36.433)	(28.819)	20.844	18.451
Riscos financeiros	36.272	53.582	(22.869)	(35.670)	13.403	17.912
Pessoas coletivo	55.971	30.300	(21.938)	(12.023)	34.033	18.277
Habitacional	19	-	(4)	-	15	-
Rural	22.165	11.429	(11.947)	(1.153)	10.218	10.276
Outros	24.816	35.050	(1.275)	(2.385)	23.541	32.665
Marítimos	32.657	30.454	(28.583)	(29.533)	4.074	921
Aeronáuticos	19.251	5.871	(16.113)	(4.583)	3.138	1.288
Petróleo	5.795	330	(2.318)	(145)	3.477	185
Aceitações do exterior	83.881	7.448	(5.843)	(10)	78.038	7.438
Provisão de sinistros a liquidar	505.125	346.520	(239.073)	(196.520)	266.052	150.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Patrimonial	26.754	15.166	(12.467)	(8.114)	14.287	7.052
Riscos especiais	400	280	(232)	(231)	168	49
Responsabilidades	4.029	7.664	(1.950)	(4.899)	2.079	2.765
Automóvel	14.156	14.523	(53)	(10)	14.103	14.513
Transportes	17.429	11.465	(8.015)	(4.599)	9.414	6.866
Riscos financeiros	19.367	5.070	(14.475)	(3.984)	4.892	1.086
Pessoas coletivo	29.912	18.617	(14.090)	(10.083)	15.822	8.534
Habitacional	1.348	10	(666)	(4)	682	6
Rural	22.863	7.513	(10.175)	(1.045)	12.688	6.468
Outros	9.140	22.483	(254)	(848)	8.886	21.635
Pessoas individual	245	45	(73)	(22)	172	23
Marítimos	2.132	619	(922)	(370)	1.210	249
Aeronáuticos	3.246	2.293	(2.590)	(2.072)	656	221
Petróleo	1.520	1.340	(795)	(847)	725	493
Saúde	138	290	(11)	(42)	127	248
Aceitações do exterior	62.383	41.772	(4.445)	(955)	57.938	40.817
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	215.062	149.150	(71.213)	(38.125)	143.849	111.025
Patrimonial	465	160	(77)	(74)	388	86
Responsabilidades	17	43	(2)	(1)	15	42
Automóvel	79	893	(4)	-	75	893
Transportes	160	103	(35)	(41)	125	62
Riscos financeiros	3.226	3.435	(1.452)	(1.463)	1.774	1.972
Pessoas coletivo	962	113	(232)	(45)	730	68
Habitacional	7	-	(4)	-	3	-
Rural	28	46	(1)	-	27	46
Outros	1.569	285	(43)	(38)	1.526	247
Pessoas individual	217	-	(6)	-	211	-
Marítimos	49	4	(8)	(2)	41	2
Aeronáuticos	8	7	(2)	(4)	6	3
Petróleo	-	-	-	-	-	-
Saúde	-	9	-	-	-	1
Aceitações do exterior	2.168	176	(194)	(12)	1.974	164
Provisão de excedente técnico	8.955	5.274	(2.060)	(1.688)	6.895	3.586
Patrimonial	-	60	(5)	-	(5)	60
Provisão de despesas relacionadas	-	60	(5)	-	(5)	60
Total circulante	1.061.123	656.850	(454.389)	(298.744)	606.734	358.106
Total não circulante	56.515	44.070	(34.262)	(33.341)	22.253	10.729
Total geral	1.117.638	700.920	(488.651)	(332.085)	628.987	368.835

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
Provisões de sinistro e prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	505.125	(239.073)	266.052	346.520	(196.520)	150.000
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	215.062	(71.213)	143.849	149.150	(38.125)	111.025
Provisão de despesas relacionadas	-	(5)	(5)	60	-	60
Provisão total de sinistros	720.187	(310.291)	409.896	495.730	(234.645)	261.085
Provisão de prêmios não ganhos	388.496	(176.300)	212.196	199.916	(95.752)	104.164
Provisão de excedente técnico	8.955	(2.060)	6.895	5.274	(1.688)	3.586
Provisão total de prêmios	397.451	(178.360)	219.091	205.190	(97.440)	107.750
Total	1.117.638	(488.651)	628.987	700.920	(332.085)	368.835
Desenvolvimento das provisões de sinistros						
Em 1º de janeiro	495.730	(234.645)	261.085	333.064	(154.637)	178.427
Saldo de incorporação	147.976	(75.499)	72.477	-	-	-
Sinistros ocorridos no período	639.637	(261.778)	377.859	334.363	(139.605)	194.758
Sinistros pagos no período	(564.750)	265.467	(299.283)	(180.746)	64.418	(116.328)
Variação cambial	1.603	(3.836)	(2.233)	9.038	(4.821)	4.217
Atualização monetária	(9)	-	(9)	11	-	11
No final do período	720.187	310.291	409.896	495.730	(234.645)	261.085
Desenvolvimento das provisões de prêmios						
Em 1º de janeiro	205.190	(97.440)	107.750	195.318	(93.487)	101.831
Saldo de incorporação	104.315	(43.742)	60.573	-	-	-
Prêmios emitidos no período	630.881	(231.349)	399.532	391.840	(158.397)	233.443
Prêmio ganho no período	(563.786)	208.744	(355.042)	(381.703)	154.277	(227.426)
Variação cambial	20.851	(14.573)	6.278	(265)	167	(98)
No final do período	397.451	(178.360)	219.091	205.190	(97.440)	107.750
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	346.520	(196.520)	150.000	226.984	(125.785)	101.199
Saldo de incorporação	127.504	(72.941)	54.563	-	-	-
Movimento	31.101	30.388	61.489	119.536	(70.735)	48.801
No final do período	505.125	(239.073)	266.052	346.520	(196.520)	150.000
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	149.150	(38.125)	111.025	106.080	(28.852)	77.228
Saldo de incorporação	25.584	(18.645)	6.939	-	-	-
Movimento	40.328	(14.443)	25.885	43.070	(9.273)	33.797
No final do período	215.062	(71.213)	143.849	149.150	(38.125)	111.025
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	60	-	60	-	-	-
Saldo de incorporação	505	-	505	-	-	-
Movimento	(565)	(5)	(570)	60	-	60
No final do período	-	(5)	(5)	60	-	60

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

17. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na data base de 31 de dezembro de 2019.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Ano de Subscrição	Período de Aviso									Total
	-	1	2	3	4	5	6	7	8	
2011	730	73.629	23.945	1.446	(61)	804	(1.291)	2.675	279	102.156
2012	8.801	105.644	38.078	11.676	1.606	6.400	(1.783)	842	-	171.264
2013	12.839	89.890	38.506	12.664	11.629	19.963	98.961	-	-	284.452
2014	79.974	217.365	58.023	(8.172)	9.962	(6.162)	-	-	-	350.990
2015	117.182	108.232	134.191	47.421	(12.358)	-	-	-	-	394.668
2016	174.011	149.924	50.432	5.817	-	-	-	-	-	380.184
2017	214.373	221.078	127.647	-	-	-	-	-	-	563.098
2018	49.385	293.192	-	-	-	-	-	-	-	342.577
2019	179.435	-	-	-	-	-	-	-	-	179.435
Total	836.730	1.258.954	470.822	70.852	10.778	21.005	95.887	3.517	279	2.768.824

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Juros judicial	-	-	-	-	694	775	(1.456)	11	(8)	16

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pagamentos	286	60.711	80.935	192.901	289.725	300.551	413.443	246.536	669.276	2.254.364
PSL	836.444	1.198.243	389.887	(122.049)	(278.253)	(278.771)	(319.012)	(243.008)	(669.005)	514.476

* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Desenvolvimentos dos sinistros avisados a recuperar de retrocessão:

Ano de Subscrição	Período de Aviso									
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
2011	91	56.257	12.539	798	(377)	(235)	(159)	2.686	134	71.734
2012	754	51.541	7.301	57	(282)	4.365	1.313	302	-	65.351
2013	12.705	49.007	17.959	5.399	6.169	6.306	97.041	-	-	194.586
2014	69.023	136.535	31.154	-5.904	10.989	(3.769)	-	-	-	238.028
2015	35.649	44.249	91.487	30.813	(18.528)	-	-	-	-	183.670
2016	16.669	47.624	25.077	483	-	-	-	-	-	89.853
2017	23.842	81.703	38.940	-	-	-	-	-	-	144.485
2018	34.736	101.656	-	-	-	-	-	-	-	136.392
2019	42.055	-	-	-	-	-	-	-	-	42.055
Total	235.524	568.572	224.457	31.646	(2.029)	6.667	98.195	2.988	134	1.166.154
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Juros judicial	-	-	-	-	206	232	(438)	-	-	-
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pagamentos	1	50.004	46.669	130.405	130.120	56.176	113.603	89.067	304.054	920.099
PSL	235.523	518.568	177.788	(98.759)	(131.943)	(49.277)	(15.846)	(86.079)	(303.920)	246.055

* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

Ano de Subscrição	Período de Aviso									
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
2011	639	17.372	11.406	648	316	1.039	(1.132)	(11)	145	30.422
2012	8.047	54.103	30.777	11.619	1.888	2.035	(3.096)	540	-	105.913
2013	134	40.883	20.547	7.265	5.460	13.657	1.920	-	-	89.866
2014	10.951	80.830	26.869	(2.268)	(1.027)	(2.393)	-	-	-	112.962
2015	81.533	63.983	42.704	16.608	6.170	-	-	-	-	210.998
2016	157.342	102.300	25.355	5.334	-	-	-	-	-	290.331
2017	190.531	139.375	88.707	-	-	-	-	-	-	418.613
2018	14.649	191.536	-	-	-	-	-	-	-	206.185
2019	137.380	-	-	-	-	-	-	-	-	137.380
Total	601.206	690.382	246.365	39.206	12.807	14.338	(2.308)	529	145	1.602.670
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Juros judicial	-	-	-	-	488	543	(1.018)	11	(8)	16
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pagamentos	285	10.707	34.266	62.496	159.605	244.375	299.840	157.469	365.222	1.334.265
PSL	600.921	679.675	212.099	(23.290)	(146.310)	(229.494)	(303.166)	(156.929)	(365.085)	268.421

* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2019, foi deliberada a provisão de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 17.389, calculado sobre o patrimônio líquido pela taxa de juros de longo prazo (TJLP) reduzindo lucros acumulados.

d) Incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, foi deliberada a incorporação da Terra Brasis pela Companhia, sendo que, após a referida

incorporação, o capital social da Companhia passou de R\$ 234.468 para R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

e) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio líquido	338.787	283.418
Despesas antecipadas	(464)	-
Créditos tributários prejuízo fiscal / bases negativas	(22.471)	
Ativo intangível	(489)	(1.701)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	-	725
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	10.733	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA	326.096	282.442
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub	74.526	34.796
Capital adicional de risco de crédito - CRCr	32.400	23.642
Capital adicional de risco de mercado - CRRmerc	26.828	11.249
Capital adicional de risco operacional - CROp	4.582	2.874
Benefício da diversificação	(28.053)	(14.483)
Capital de risco - CR (b)	110.283	58.078
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	110.283	60.000
Patrimônio líquido ajustado	326.096	282.442
(-) Exigência de capital - EC	110.283	60.000
Suficiência de capital	215.813	222.442
Suficiência de capital - % da EC	195,69%	370,74%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão reconciliados, como se segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(40.515)	(40.515)	286	286
Participações estatutárias no lucro	(2.922)	(2.922)	(1.207)	(1.207)
Juros sobre o capital	(17.389)	(17.389)	-	-
Base de cálculo	(60.826)	(60.826)	(921)	(921)
Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes	15.207	9.124	230	184
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação:	(4.227)	(14)	(203)	37
Operações em seguro rural	(4.092)	-	(310)	-
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	(135)	(14)	107	37
(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação:	1.488	893	(1.513)	(1.211)
Variação cambial	925	555	756	604
Ajuste a valor de mercado	1.066	640	(168)	(134)
Outras provisões	(503)	(302)	(2.101)	(1.681)
(Despesa) / receita de imposto de renda e contribuição social	12.468	10.003	(1.486)	(990)
Baixa PF e BN - Incorporação	(1.015)	(610)	-	-
Ajuste de anos anteriores	(55)	(45)	-	-
(Despesa) / receita de tributos diferidos	(2.071)	(1.243)	1.513	2.001
Total de receita / (despesa)	9.327	8.105	27	1.011
Alíquota efetiva	(15%)	(13%)	(3%)	(110%)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019.

20. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda., Brasil Plural e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receita/(Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vinci Gestora de Recursos Ltda. [a]	-	-	52	604	(478)	(1.079)
Austral Participações II S.A. [b]	-	-	13.217	27	-	-
Brasil Plural [b]	-	-	3.549	-	-	-
IFC [b]	-	-	623	-	-	-
Braquiara Empreendimentos [c]	-	-	-	38	(436)	(457)
Austral Seguradora S.A. [d]	69.416	29.129	36.300	91.360	(24.813)	(57.627)
Administradores [e]	-	-	-	-	(407)	(716)
Total	69.416	29.129	53.741	92.029	(26.134)	(59.879)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

[a] São operações que envolvem pagamento de taxa de administração de carteira e investimento;

[b] São operações que envolvem pagamento de juros sobre capital próprio;

[c] São operações que envolvem pagamento de aluguel de imóvel;

[d] São operações que envolvem contratos de resseguro; e

[e] Remuneração da diretoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:

Grupos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Patrimonial	91.902	80.729	72,49	88,35	4,75	6,38
Riscos especiais	199	3.139	(2.846,73)	58,64	35,68	6,15
Responsabilidades	12.859	8.399	1,23	120,38	1,56	2,20
Automóvel	150.276	82.767	82,94	44,97	0,09	0,10
Transportes	48.349	24.877	58,45	129,65	1,89	2,95
Riscos financeiros	36.779	35.562	241,98	129,08	0,31	0,77
Pessoas coletivo	64.955	46.540	122,16	61,79	2,32	0,95
Habitacional	895	83	41,23	12,05	1,56	-
Rural	38.510	24.155	171,55	93,36	1,97	3,30
Outros	4.448	14.848	(100,52)	177,47	2,74	2,60
Pessoas individual	234	35	(8,97)	(1.062,86)	1,28	2,86
Marítimos	4.639	4.039	94,93	84,15	11,99	4,65
Aeronáuticos	21.886	10.659	106,07	(2,11)	9,33	12,89
Petróleo	10.323	3.861	53,78	42,86	6,51	6,79
Saúde	768	378	(19,79)	76,72	5,34	6,09
Aceitações do exterior	76.764	41.632	154,77	121,45	4,28	2,04
Total prêmio ganho	563.786	381.703	105,74	86,88	2,63	2,87

Grupos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (%) (a)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Patrimonial	31.366	29.851	113,81	59,99
Riscos especiais	861	1.038	(265,82)	9,29
Responsabilidades	4.097	3.707	24,18	130,78
Automóvel	150.269	82.726	82,93	45,15
Transportes	8.369	3.739	38,35	81,29
Riscos financeiros	8.985	8.458	42,16	157,44
Pessoas coletivo	35.556	20.738	125,92	32,90
Habitacional	1.149	51	4,82	11,30
Rural	29.743	21.927	154,50	95,95
Outros	2.397	11.031	(198,14)	200,61
Pessoas individual	120	23	(59,85)	(1.711,71)
Marítimos	1.895	968	76,88	69,83
Aeronáuticos	7.914	3.675	32,18	15,22
Petróleo	3.080	1.370	113,84	48,87
Saúde	759	315	(16,01)	79,02
Aceitações do exterior	68.482	37.809	161,71	131,18
Total prêmio ganho retido	355.042	227.426	104,24	79,06

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Patrimonial	86.869	79.429	(56.095)	(50.075)	30.774	29.354	35,43	36,96	64,57	63,04
Riscos especiais	309	(738)	795	661)	1.104	(77)	357,28	10,43	(257,28)	89,57
Responsabilidades	17.331	11.315	(12.966)	(7.237)	4.365	4.078	25,19	36,04	74,81	63,96
Automóvel	160.208	73.526	2	(12)	160.210	73.514	100,00	99,98	-	0,02
Transportes	56.915	34.149	(44.382)	(28.025)	12.533	6.124	22,02	17,93	77,98	82,07
Riscos financeiros	48.749	29.890	(31.676)	(21.787)	17.073	8.103	35,02	27,11	64,98	72,89
Pessoas coletivo	66.354	47.430	(29.672)	(25.488)	36.682	21.942	55,28	46,26	44,72	53,74
Habitacional	774	83	(308)	(32)	466	51	60,21	61,45	39,79	38,55
Rural	48.016	25.462	(13.726)	(3.777)	34.290	21.685	71,41	85,17	28,59	14,83
Outros	2.246	(721)	(873)	(2.407)	1.373	(3.128)	61,13	433,84	38,87	(333,84)
Pessoas individual	1.636	209	(613)	(95)	1.023	114	62,53	54,55	37,47	45,45
Marítimo	5.333	2.547	(2.708)	(1.127)	2.625	1.420	49,22	55,75	50,78	44,25
Aeronáuticos	29.204	7.298	(18.334)	(4.924)	10.870	2.374	37,22	32,53	62,78	67,47
Petróleo	15.514	8.249	(11.460)	(5.336)	4.054	2.913	26,13	35,31	73,87	64,69
Saúde	336	970	-	(71)	336	899	100,00	92,68	-	7,32
Aceitações do exterior	91.087	72.742	(9.333)	(8.665)	81.754	64.077	89,75	88,09	10,25	11,91
Total	630.881	391.840	(231.349)	(158.397)	399.532	233.443	63,33	59,58	36,67	40,42

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	31/12/2019	31/12/2018
Resseguradora local	8.221	1.555
Resseguradora admitida	136.988	101.641
Resseguradora eventual	86.140	55.201
Total	231.349	158.397

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

Seguradora	588.920	355.432
Resseguradora local	389	203
Resseguradora admitida	26.225	28.118
Resseguradora eventual	15.347	8.087
Total	630.881	391.840

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

22. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Totalidade de opções canceladas até 31 de dezembro de 2019	(268.964)
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2019	8.413.753
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2019	8.413.753

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 8.413.753 opções em aberto representam uma diluição de até 3,34% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$2.487 (R\$2.487 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

23 . Detalhamento de contas de resultado

	31/12/2019	31/12/2018
a) <u>Prêmios de resseguro</u>		
Prêmio de resseguros	611.931	341.248
Prêmio risco vigente não emitido	(23.011)	14.553
Retrocessões aceitas	41.961	36.039
Variações das provisões técnicas	(67.095)	(10.137)
Total	563.786	381.703
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações avisadas	(609.211)	(291.076)
Despesa com sinistro	806	(217)
Salvados e Ressarcimentos	41.645	2.730
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(29.362)	(43.070)
Total	(596.122)	(331.633)
c) <u>Custos de aquisição</u>		
Comissões	(17.317)	(10.394)
Variações de despesas de comercialização diferidas	2.512	(557)
Total	(14.805)	(10.951)
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas de resseguro	733	976
Tarifa bancária	(10)	(19)
Despesas de administração de contratos	(3.103)	(2.768)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(23.402)	(42.427)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(1.179)	(2.454)
Outras receitas/(despesas) de resseguro	(1.359)	(709)
Redução ao valor recuperável	(206)	(453)
Total	(28.526)	(47.854)
e) <u>Resultado com retrocessão</u>		
Sinistros ocorridos e não avisados	15.457	9.273
Despesa com sinistro	42	61
Recuperação de indenização	246.279	144.389
Salvados e ressarcimentos	(35.758)	(1.887)
Outros créditos/(débitos)	459	(9)
Prêmio de retrocessão cedido	(231.349)	(158.397)
Receita com participação nos lucros	89	1.235
Variações de prêmio retrocessão cedido	22.605	4.118
Total	17.824	(1.217)
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Pessoal próprio e encargos sociais	(9.330)	(7.781)
Localização e funcionamento	(3.769)	(3.124)
Serviços de terceiros	(11.505)	(5.307)
Depreciação e amortização	(1.711)	(1.593)
Publicidade e propaganda	(540)	(440)
Outros	(415)	(123)
Total	(27.270)	(18.368)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
g) <u>Despesa com tributo</u>		
Despesas com COFINS	(7.405)	(3.418)
Despesas com PIS	(1.380)	(639)
Taxa de fiscalização	(1.081)	(1.038)
Outras	(673)	(468)
Total	(10.539)	(5.563)
h) <u>Resultado financeiro</u>		
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	31.147	29.399
Títulos disponíveis para venda	35.053	10.044
Operações de resseguros	77.501	145.562
Valorização cambial do disponível	3.906	18.683
Outras receitas	332	394
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(4.743)	(13.768)
Títulos disponíveis para venda	(12.864)	(1.228)
Operações de resseguros	(70.889)	(144.518)
Desvalorização cambial do disponível	(4.301)	(10.373)
Outras despesas	(5)	(26)
Total	55.137	34.169

24 . Eventos subsequentes

A incorporação da Terra Brasis pela Companhia, bem como o aumento do capital da Companhia, foram homologados pela Portaria SUSEP nº 7.602, de 14 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 21 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Conselheiros

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Ricardo Villela Abreu dos Santos
Rodolfo Arashiro Rodriguez

Contador

Eduardo Póvoa
CRC 1SP nº223.513/O-6

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904